



## Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.

CNPJ nº 19.486.977/0001-99

suas instalações, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados. Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor. Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais. **Risco de contencioso** - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos. A Administração da Companhia é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz. **6.7. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços), e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. **16.7.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:**

	Nota explicativa	2019	2018	Hierarquia do valor justo
Ativos financeiros -				
Títulos e valores mobiliários	5	8.406	2.839	Nível 2
<b>17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>				
Construção			31.317	41.026
Outras receitas operacionais			53	-
Receita operacional bruta			31.370	41.026
PIS e COFINS - correntes			(2)	-
PIS e COFINS - diferidos			(1.259)	(1.385)
RGR, P&D, TFSEE, PROINFA e CDE			(1)	-
Deduções da receita			(1.262)	(1.385)
<b>Receita operacional líquida</b>			<b>30.108</b>	<b>39.641</b>

	2019	2018
<b>Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis de IRPJ e CSLL</b>		
Receita operacional bruta	31.370	41.026
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	(31.317)	(41.026)
<b>Receita operacional bruta tributável</b>	<b>53</b>	<b>-</b>
<b>18. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
-Remuneração direta	(46)	-
-Benefícios	(7)	-
-FGTS e INSS	(10)	-
<b>Pessoal</b>	<b>(63)</b>	<b>-</b>
Materiais - Custo de Construção	(55.082)	(22.797)
Serviços de terceiros	(460)	(947)
Outros custos e despesas operacionais	(341)	(70)
<b>Total custos e despesas</b>	<b>(55.946)</b>	<b>(23.814)</b>

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir: **Custos com materiais:** Referem-se basicamente aos custos de aquisição de materiais utilizados na manutenção das linhas de transmissão. **Despesas com serviços prestados:** Referem-se basicamente às despesas com consultorias, serviços gráficos, comunicação e auditoria. **Outras despesas operacionais:** Despesas com impostos, contribuições, taxas, condomínios e indenizações.

### 19. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

**Contratos para construção de linha de transmissão: I.G. Transmissão e Distribuição de Energia S/A** - No dia 30 de maio de 2018, a MAR celebrou um contrato (em substituição aos contratos das empresas Heliáncora Engenharia e Construções Ltda, C.A.Z. Construções Ltda-ME e Organiza Negócios Ltda-EPP), cujo objeto é o fornecimento de todos os materiais de obra civil e a execução de todos os serviços necessários à completa implantação da concessão Mariana, no valor de R\$41.900. O contrato teve início na data de assinatura e sua vigência será até cumprimento integral de todas as obrigações previstas a I.G. A MAR efetuou pagamentos durante o exercício de 2018 no montante de R\$2.574 e em 2019 R\$22.613. Em 31 de dezembro de 2019 possuía contas a pagar com esse fornecedor no montante de R\$1.586. **SAE Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda** - No dia 7 de agosto de 2017, a MAR celebrou um contrato, cujo objeto é o fornecimento de cadeias de cabos condutores e para-raios e materiais de aterramento, no valor de R\$1.292, com vencimento em 28 de fevereiro de 2018. Houve aditivo do contrato no valor de R\$1.405, estendendo o prazo final para 31 de dezembro de 2019. A MAR não efetuou pagamentos durante o exercício de 2018 e efetuou pagamentos no montante de R\$1.461 em 2019 e em 31 de dezembro de 2019 não possuía adiantamentos e contas a pagar com esse fornecedor. **Brametal S.A.** - No dia 27 de julho de 2015, a MAR celebrou um contrato, cujo objeto é o fornecimento de torres metálicas treliçadas, no valor estimado de R\$13.650, com vencimento para 12 (doze) meses da assinatura do contrato, condicionado a emissão do TAS. No exercício de 2018 a MAR efetuou pagamento no montante R\$522 e efetuou pagamentos durante o exercício de 2019 no valor de R\$560. Em 31 de dezembro de 2019 possuía com esse fornecedor contas a pagar no valor de R\$530. **Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A.** - No dia 21 de novembro de 2018, a MAR celebrou um contrato, cujo objeto é o fornecimento de matérias e prestações de serviços necessários para ampliação, no

setor de 500KV, das barras "A" e "B", em regime de empreitada integral por preço global (Lump Sum Turnkey), no valor de R\$5.313.

### 20. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais

Trecho	Licença de Instalação e operação nº	Data de emissão	Vencimento
Itabirito II - Vespasiano II	160/2018	24/01/2019	21/12/2028

### 21. EVENTOS SUBSEQUENTES

**Aumento de Capital:** A AGE de 06 de janeiro de 2020 aprovou o aumento de capital social da Companhia em R\$5.000, elevando o capital subscrito dos atuais R\$147.000 para R\$152.000. A AGE de 31 de janeiro de 2020 aprovou o aumento de capital social da Companhia em R\$5.500, elevando o capital subscrito dos atuais R\$152.000 para R\$157.500.

Nome	Cargo
Marco Antônio Resende Faria	Diretor sem denominação
Marcus Pereira Aucélio	Diretor sem denominação
Raul Lycurgo Leite	Diretor sem denominação

### Wagner Rocha Dias Contador

CRC-RJ-112158/O-3

CPF nº 778.993.777-49

### Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria da Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões dos auditores independentes da Companhia expressas no parecer pertinente às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2020.

Marco Antônio Resende Faria	Marcus Pereira Aucélio
Diretor sem Designação Específica	Diretor sem Designação Específica
Raul Lycurgo Leite	
Diretor sem Designação Específica	

### Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria da Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2020.

Marco Antônio Resende Faria	Marcus Pereira Aucélio
Diretor sem Designação Específica	Diretor sem Designação Específica
Raul Lycurgo Leite	
Diretor sem Designação Específica	

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção

relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela aplicação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais

riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 12 de março de 2020.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP01519/O-6

Pia Leocádia de Avellar Peralta  
Contadora  
CRC-1RJ 101080/O-0

Id: 2242833

# TODA VÍTIMA DO TRÂNSITO TEM DIREITO AO SEGURO DPVAT.

## Veja, passo a passo, como receber o seguro DPVAT:

## Veja quem tem direito ao Seguro DPVAT: proprietários de veículos ou não e até mesmo estrangeiros acidentados no país.



**1- Verifique o tipo de indenização a ser solicitada.**  
O DPVAT indeniza casos de morte, invalidez permanente e reembolso de despesas médico-hospitalares. Veja qual é o seu caso para saber que tipo de documentação necessita.



**3- Apresente os documentos na rede de seguradoras DPVAT.**  
Através do link "Seguro DPVAT", é possível verificar a lista completa da rede de seguradoras DPVAT. Escolha a que lhe for mais conveniente e leve sua documentação até ela. As seguradoras são as responsáveis por garantir o pagamento das indenizações e esclarecer dúvidas.



**2- Tenha em mãos a documentação completa.**  
A documentação varia conforme o tipo de indenização solicitada, por morte, invalidez permanente ou reembolso de despesas médico-hospitalares. Acesse [www.detran.rj.gov.br](http://www.detran.rj.gov.br) e clique no link "Seguro DPVAT". Nele, você encontrará a lista dos documentos que precisa para dar entrada nos diferentes tipos de indenização.



**4- Fique atento ao prazo para entrar com o pedido.**  
O prazo para dar entrada no pedido de indenização do Seguro DPVAT passou a ser de 3 anos, a contar da data em que ocorreu o acidente. Nos casos envolvendo invalidez, em que o acidentado esteve ou ainda está em tratamento, o prazo levará em conta a data do laudo conclusivo do IML.

## Veja a cobertura do DPVAT:

Em caso de morte

R\$ 13.500,00

Em caso de invalidez permanente até

R\$ 13.500,00

Em caso de reembolso médico-hospitalar até

R\$ 2.700,00

! Você mesmo dá entrada no pedido de indenização. Sem intermediários.

Você nunca sabe o que vai acontecer, mas esta informação você precisa saber: o DPVAT é um seguro, recolhido junto com o IPVA, que indeniza toda vítima do trânsito. O DPVAT protege o motorista, o passageiro e o pedestre. Assim, todas as pessoas, e isso inclui você e sua família, estão protegidas. As indenizações cobrem casos de morte ou invalidez permanente e despesas comprovadas com médicos ou hospitalares. É muito fácil dar entrada nos pedidos de indenização ou reembolso.

Saiba mais: [www.detran.rj.gov.br](http://www.detran.rj.gov.br) ou 0800 020 4042

DETRAN

Imprensa Oficial  
Sua voz. Nosso compromisso.